

**A NOVA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E A COMPARABILIDADE
TRANSNACIONAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS:
UM IDIOMA FINANCEIRO COMUM OU UMA TORRE DE BABEL?**

**THE NEW INCOME STATEMENT AND THE TRANSNATIONAL COMPARABILITY
OF IFRS FINANCIAL STATEMENTS: A COMMON FINANCIAL LANGUAGE
OR A TOWER OF BABEL?**

Guillermo Oscar Braunbeck

Universidade de São Paulo (FEA/USP) – São Paulo (Brasil)
braunbeck@usp.br

Rudah Giasson Luccas

Universidade de São Paulo (FEA/USP) – São Paulo (Brasil)
rudahgl@gmail.com

RESUMO

Este estudo discute as modificações propostas pelo pelo International Accounting Standards Board (IASB) na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). As modificações poderão impactar todas as entidades, em várias indústrias, e podem apresentar alguns desafios na implementação, mas também uma oportunidade para uma comunicação mais eficaz. A proposta de modificação é recente e estudos que avaliam os potenciais impactos da proposta do IASB ainda são incipientes. Assim, nossa discussão será fundamentada à luz da literatura acadêmica e da observação empírica, com base em empresas no setor de celulose e papel, além de avaliarmos a aplicabilidade das proposições no caso particular do Brasil, com base em manifestações feitas por entidades brasileiras no processo de audiência pública da minuta de exposição do IASB. Ao fim, concluímos que há desafios ainda a serem endereçados pelo IASB, mas ao menos em certos pontos do projeto, a proposta poderá melhorar a comparabilidade das informações contábeis e, em decorrência, sua relevância e utilidade para os agentes de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstração do Resultado, Demonstrações Financeiras, Comparabilidade da Informação Contábil, *IFRS*.

ABSTRACT

This study discusses the changes proposed by the International Accounting Standards Board (IASB) in the Statement of Income. The changes may impact all entities, in various industries, and may present some challenges in the implementation, but also an opportunity for more effective communication. The modification proposal is recent and studies that assess the potential impacts of the IASB proposal are still incipient. Thus, our discussion will be based on the light of academic literature and empirical observation, based on companies in the pulp and paper sector, in addition to assessing the applicability of the propositions in the particular case of Brazil, based on statements made by Brazilian entities in the process. public hearing of the IASB exposure draft. In the end, we concluded that there are still challenges to be addressed by the IASB, but at least at certain points in the project, the proposal may improve the comparability of accounting information and, as a result, its relevance and usefulness to market agents.

KEYWORDS: *Income Statement, Financial Statement, Accounting Information Comparability, IFRS.*

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, o *International Accounting Standards Board (IASB)*, organismo emissor das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)* adotadas atualmente por 144 países, inclusive o Brasil, emitiu a minuta de norma tendo em vista a melhoria de comunicação das demonstrações financeiras. As propostas dessa minuta de exposição têm como foco uma reformulação normativa da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). O presidente do IASB definiu a iniciativa como um divisor de águas; em especial, pelo objetivo inicial de definir as métricas *non-GAAP* mais utilizadas pelos participantes de mercado (EBIT e EBITDA). Assim, com a retórica de aumentar a comparabilidade e a transparência das demonstrações financeiras preparadas quando em conformidade com as IFRS, o IASB foi requerido a reformular suas normas e reduzir a grande flexibilidade de escolhas na apresentação da demonstração, onde coexistem, por um lado, um grande “vazio normativo” da norma de apresentação das demonstrações financeiras (IAS 1) e, por outro, a existência de escolhas contábeis, cenário prejudicial à comparabilidade entre empresas, particularmente considerando entidades situadas em diferentes jurisdições (a comparabilidade transnacional).

O objetivo do projeto, conforme estabelecido na Base para Conclusões da Minuta de Exposição, é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras, com foco na informação incluída na demonstração do resultado. Este objetivo responde diretamente à demanda de investidores, realizada na consulta pública acerca da agenda de trabalho do IASB, de se concentrar nas informações de desempenho.

Caso a minuta de exposição do IASB prospere, o futuro normativo será a revogação do CPC 26 (R1)/IAS 1 *Apresentação das Demonstrações Contábeis* e sua substituição por uma nova norma IFRS (conhecida como a futura IFRS 18), mantendo alguns dos requisitos existentes (p.e., classificação do ativo e do passivo circulante e não circulante) e propondo uma nova parametrização da demonstração do resultado, e de outros elementos derivados (p.e., classificação de itens na demonstração dos fluxos de caixa).

As propostas contidas na minuta de exposição poderão impactar todas as entidades, em várias indústrias, e podem apresentar alguns desafios na implementação, mas também uma oportunidade para uma comunicação mais eficaz.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo discutir as propostas de modificações na DRE atualmente em discussão pelo IASB à luz da literatura acadêmica e da observação empírica, com base em empresas no setor de celulose e papel, da pertinência das propostas em discussão. Adicionalmente, o presente trabalho também tem como objetivo avaliar a aplicabilidade das proposições na minuta de exposição para o caso particular do Brasil à luz das manifestações feitas por entidades brasileiras no processo de audiência pública da minuta de exposição.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O resultado (lucro ou prejuízo), seus componentes e sua comparabilidade, são objeto de atenção não somente pelas normas de contabilidade, mas também pela literatura científica em contabilidade, seja ela de orientação mais normativa ou mais positiva.

Conforme o pronunciamento CPC 00 R2 (CPC, 2019), pronunciamento que recepciona no contexto normativo brasileiro a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Estrutura Conceitual) emitida originalmente pelo *International Accounting*

Standards Board (IASB), o objetivo das demonstrações financeira é fornecer informações que sejam úteis a investidores e credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões econômicas desses agentes econômicos acerca do fornecimento de recursos financeiros às entidades que reportam.

Nesse contexto, a Estrutura Conceitual faz uma distinção entre duas naturezas de informações que deveriam ser fornecidas pelos relatórios financeiros, a saber:

(a) As informações que estão voltadas para o relato sobre a posição financeira da entidade que reporta, as quais consistem em informações sobre os recursos econômicos da entidade e as reivindicações contra a entidade que reporta.

(b) As informações sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta.

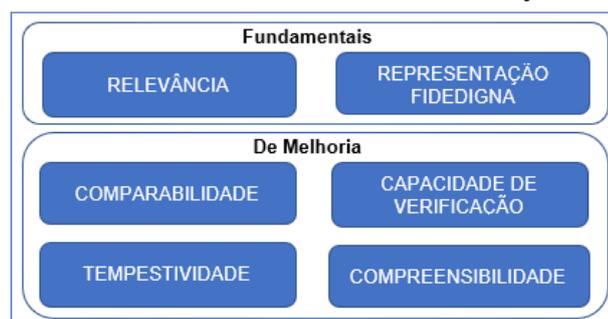
De acordo com seu parágrafo 1.15 (CPC, 2019), as alterações nos recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta resultam do *desempenho financeiro dessa entidade*, além de outros eventos ou transações, como a emissão de instrumentos de dívida ou de instrumentos patrimoniais. Conclui, ainda, a Estrutura Conceitual que as informações sobre o desempenho financeiro da entidade que reporta durante o período, refletidas por mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações, exceto aquelas resultantes da obtenção de recursos adicionais diretamente de investidores e credores, são úteis na avaliação da capacidade passada e futura da entidade de gerar fluxos de entrada de caixa líquidos.

Desses conceitos estabelecidos na Estrutura Conceitual das IFRS, é possível se deduzir de forma razoavelmente direta que a Demonstração do Resultado (DRE) é, no rol das demonstrações financeiras, a peça contábil que tem por excelência a missão de informar sobre o desempenho da entidade que reporta, informação essa que hipoteticamente é útil na avaliação da capacidade futura da entidade de gerar fluxos de entrada de caixa líquidos. Portanto, não seria descabido afirmar que a DRE tem importância no processo de avaliação econômica das entidades, sendo fonte de informação sobre o desempenho passado que auxilia os usuários dos relatórios financeiros na previsão do desempenho econômico-financeiro futuro.

Outro aspecto importante tratado pela Estrutura Conceitual diz respeito às características qualitativas informacionais de uma informação útil. Para uma informação ser útil, presume-se que a informação contida nos relatórios financeiros de uso geral (i.e., as demonstrações financeiras) deva conter certos aspectos. Tais características são divididas em dois grupos: as chamadas características qualitativas fundamentais e as características qualitativas de melhoria.

A Figura 1 sintetiza todas as características qualitativas, tal como definidas pela Estrutura Conceitual.

Figura 1: - Características Qualitativas das Informações Financeiras



Fonte: preparada pelos autores, com base na Estrutura Conceitual (CPC, 2019)

Como ver-se-á a seguir, a característica qualitativa da relevância fornece o objeto para uma linha de pesquisa científica em contabilidade financeira de grande popularidade denominada de pesquisa em *value relevance*. Essa linha de pesquisa, juntamente com os testes sobre a eficiência de mercado da informação contábil, a análise fundamentalista e a avaliação de empresas baseada em número contábeis, são as áreas de maior interesse do que se costuma denominar de pesquisa contábil em mercados de capitais ou *capital market research in accounting* (KOTHARI, 2001).

Outra área de interesse recorrente na pesquisa científica em contabilidade financeira, particularmente com o advento das IFRS e sua utilização massiva ao redor do mundo¹, é a comparabilidade. Comparabilidade é a característica qualitativa que permite ao usuário identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Trata-se de uma característica qualitativa da informação contábil que se refere à entidade em si mesma, na sua comparação intertemporal, mas também e de forma não menos importante, se refere à comparabilidade entre empresas. A ideia de uma “linguagem financeiro-contábil” internacional traz consigo, inerentemente, a perspectiva de que se possa comparar empresas situadas em diferentes jurisdições, algo que é no mínimo mais custoso de se fazer quando as normas contábeis são nacionais. A comparabilidade permite aos usuários das demonstrações financeiras melhor confrontar informações de uma entidade com outras similares e, conseqüentemente, melhor discriminar dentre distintas opções de investimento e alocação de capital.

Nesse contexto, das características qualitativas das informações contidas nas demonstrações financeiras, é possível deduzir que as propostas do IASB de alteração na apresentação da DRE buscam, simultaneamente, aumentar a relevância e a comparabilidade das informações relativas à performance das entidades que reportam. Essas duas dimensões são objeto de pesquisas com orientação de cunho mais empírico, como se descreve a seguir.

2.1 A relevância do resultado e seus componentes

Na tradição normativa da pesquisa em contabilidade, Hendriksen e Van Breda (1999) se valem dos conceitos econômicos de capital e lucro para distingui-los dentro da contabilidade. Enquanto capital é um estoque de riqueza num determinado ponto no tempo, o lucro (ou resultado) é um fluxo de serviços por unidade de tempo.

Nesse contexto, tem sido bastante usual na teoria da contabilidade financeira tomar “emprestada” a definição de Hicks (1946) que define a renda no nível do indivíduo como o valor máximo que esse indivíduo pode consumir num determinado período e terminar esse período tão bem (economicamente falando) quanto se estava no início do período.

Hendriksen e Van Breda (1999), ainda que asseverem que o objetivo primordial da divulgação do lucro é o fornecimento de informações úteis àqueles que estão interessados nos relatórios financeiros, também admitem que, para que se tenha uma compreensão mais clara da divulgação do lucro, é preciso enunciar objetivos mais

¹ Conforme dados da Fundação IFRS (<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#analysis>, acesso em 21 de janeiro de 2021), 144 países (ou jurisdições) exigem a aplicação das IFRS para todas ou para a maior parte das entidades com obrigação de prestação pública de contas, como é o caso, por exemplo, das empresas listadas em mercados organizados de valores mobiliários (bolsas de valores). Esse conjunto de países que adotou as IFRS e onde seu uso é mandatório representa atualmente pouco menos da metade do produto interno bruto mundial (PIB). Dentre os países que não exigem as IFRS às suas entidades com obrigação de prestação pública de contas, destacam-se em termos de contribuição ao PIB mundial os Estados Unidos da América e a China.

específicos, para além da distinção entre capital aplicado e lucro, ou seja, entre saldos e fluxos. Nesse sentido, os referidos autores concluem que tais objetivos específicos incluem: a) o uso do lucro como uma medida de eficiência da gestão da empresa; b) o uso de dados históricos de lucro como instrumento de predição da trajetória futura da empresa e dos pagamentos futuros de dividendos; e c) o uso do lucro como medida de desempenho e orientação para decisões gerenciais futuras.

A partir dessas perspectivas, referidos autores incursionam pela necessidade de decomposição do lucro em componentes, quer seja no sentido da avaliação da performance passada e dos determinantes do sucesso (ou falta de) empresarial², quer na perspectiva preditiva, em que componentes mais regulares tem maior utilidade na projeção de resultados (e fluxos de caixa) futuros. Surgem então, nessa perspectiva, no mínimo duas dimensões de classificação de componentes do resultado, a saber: a *natureza* das modificações da riqueza num determinado período e a *persistência* (ou por oposição, a transitoriedade) de diferentes eventos e transações. Essas categorias são exploradas por Hendriksen e Van Breda (1999) ao tratar de conceitos como lucro operacional, lucro corrente, lucro abrangente, lucro regular e lucro extraordinário.

Na perspectiva da que veio a ser denominada nos anos 80 de Teoria Positiva da Contabilidade, o seminal trabalho de Ball e Brown (1968) teve como propósito avaliar o conteúdo informacional dos relatórios anuais elaborados pelas empresas, particularmente devotando-se à observação empírica do lucro contábil e sua capacidade de agregar valor informativo para o mercado de capitais. Conforme Bezerra e Lopes (2012), o trabalho de Ball e Brown é considerado pioneiro no desenvolvimento de pesquisa científica, abordando a relação entre a informação contábil e o mercado de capitais.

Entretanto, essa perspectiva original de investigação do conteúdo informativo dos relatórios financeiros sob uma ótica global, isto é, de estudos de eventos relacionando a divulgação de relatórios financeiros (que contêm a DRE e o lucro líquido) e os retornos anormais no mercado de capitais não tardou em ser expandida. Como comentam Holthausen e Watts (2001), numerosos artigos científicos no campo da contabilidade financeira se debruçaram no sentido de investigar empiricamente a relação entre os preços e retornos das ações negociadas em bolsas de valores e números contábeis específicos, o que se convencionou chamar no âmbito da pesquisa científica em contabilidade financeira de pesquisas sobre “*value relevance*”.

Nesse contexto de investigação sobre componentes e itens específicos da DRE, é possível detectar uma linha de pesquisa científica que se devotou à investigação da utilidade de componentes do lucro (e.g. lucro operacional) como medidas úteis de desempenho da entidade. Strong e Walker (1993) oferecem uma abordagem na qual são separados os componentes dos lucros contábeis, particularmente tendo em vista a existência de componentes transitórios de resultado.

Clinch, Tarca e Wee (2018) observaram, para uma amostra de 400 entidades cujos relatórios financeiros foram elaborados em consonância com as IFRS em diversos países (Austrália, França, Alemanha, Hong Kong, Itália, Cingapura, Suécia e Reino Unido), que o lucro operacional, o EBIT (lucro antes de juros e impostos) e o

² Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que a mensuração global do lucro não teria a capacidade de descrever as causas de sucesso ou insucesso, posto que o sucesso pode ser tanto resultado da ação de eventos exógenos de caráter mais aleatório (denominados de sorte pelos autores), da ação de uma administração eficiente, ou de uma combinação de ambos. Nesse contexto, os autores afirmam que as fontes ou causas do lucro são essenciais para uma avaliação adequada do progresso da empresa.

EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) são relevantes para explicar preços/retornos (*value relevant*), o que permite concluir que sejam componentes ou subtotais (explícitos ou calculáveis como medidas não-GAAP) úteis para investidores.

Barton, Hansen e Pownall (2010), ao examinarem rubricas da DRE e subtotais apresentados por entidades de 46 países, concluíram que os subtotais “intermediários” da demonstração de resultados, como lucro operacional, tiveram a associação mais forte com retornos de ações, em oposição aos subtotais na parte superior e inferior da DRE, como vendas e lucro abrangente total, tiveram a associação mais fraca com os retornos das ações.

Chen e Wang (2004) investigaram a relevância do lucro operacional versus itens relatados abaixo do lucro operacional (“*below the line*”) por entidades listadas no mercado de ações chinês, observando que o lucro operacional é mais persistente e tem maior capacidade preditiva do que os itens relatados abaixo do lucro operacional.

Semelhantemente, Cutillas-Gomariz, Sánchez-Ballesta e Yagüe (2016) relataram para uma amostra de empresas espanholas que o lucro operacional estava associado ao preço das ações e essa associação aumentou após a adoção das IFRS e esse componente do lucro líquido é persistente e tem capacidade de previsão para lucros futuros, tanto antes como depois da adoção das IFRS.

Ainda, vale mencionar o trabalho de Jeanjean, Martinez e Davrinche (2018), em que se estudou a influência da desagregação da demonstração de resultados na capacidade preditiva dos investidores no sentido de projetar fluxos de caixa futuros. A utilidade de resultados reportados de forma agregada (como a diferença entre as receitas e despesas) foi analisada *vis a vis* demonstrações de resultados desagregadas (em que subtotais adicionais, como o EBITDA, foram divulgados antes de se obter o resultado líquido), o que permitiu concluir que o formato da demonstração de resultados desagregada melhorou o conteúdo informativo das demonstrações financeiras e ajudou os investidores a prever os fluxos de caixa futuros.

2.2 Comparabilidade

Neel (2017) relata que profissionais da prática contábil, normatizadores contábeis e reguladores têm a expectativa que a adoção das IFRS traga maior comparabilidade. Coerentemente com essa expectativa, De Franco et al. (2011) desenvolveram pesquisa a partir da hipótese de que a maior disponibilidade de informação comparável reduz os custos de obtenção de informação e aumenta a qualidade e a quantidade de informações disponíveis sobre as empresas, o que tem como consequência maior acurácia e menor dispersão nas previsões de analistas de mercado de capitais.

A perspectiva dos benefícios da comparabilidade também foi abordada a partir das seguintes visões:

(a) Investidores: com informações mais comparáveis, investidores podem antecipar melhor o desempenho futuro da entidade que reporta (CHOI, CHOI, MYERS; ZIEBART, 2019);

(b) Adquirentes: melhores decisões de alocação de capital por meio de aquisições resultam em contextos informações onde a maior comparabilidade entre pares de mercado (CHEN, COLLINS, KRAVET; MERGENTHALER, 2018);

(c) Auditores: a maior disponibilidade de informações comparáveis de clientes aumenta a eficiência (custos menores de obtenção, processamento e teste) e a acurácia dos auditores independentes (ZHANG, 2018); e

(d) Entidades que reportam: entidades cujas informações são mais

comparáveis apresentam menor custo de capital (IMHOF, SEAVEY; SMITH, 2017).

É importante destacar que diferenças transnacionais na aplicação das IFRS (e conseqüentemente, redução da comparabilidade transacional das informações financeiras) decorrem, segundo Nobes (2013), da existência de opções livres (*overt options*), entre outros fatores. No contexto da discussão desta pesquisa, ou seja, das modificações proposta pelo IASB na apresentação da DRE, vale destacar que uma opção livre oferecida pela norma IAS 1 diz respeito à apresentação das despesas na DRE, que pode ser realizada no formato “por função” ou “por natureza”.

Conforme Simpson e McGeachin (2020), as evidências científicas sobre as escolhas das entidades entre a apresentação das despesas na DRE por função ou por despesa mostra que essas escolhas são influenciadas: (i) pelo país; (ii) pela indústria; (iii) pelos auditores independentes; e (iv) pelo grau de exposição internacional. Afirmam ainda as referidas autoras que há uma grande variabilidade nos métodos usados pelas entidades na apresentação de suas despesas na DRE, o que potencialmente reduz a comparabilidade de suas demonstrações financeiras.

Um exemplo de evidência acerca da diversidade atual na presença dessa opção, que permite a escolha livre do formato de apresentação de despesas foi oferecido por Cole, Branson e Breesch (2013). Referidos autores analisaram diversas escolhas contábeis, incluindo a escolha de apresentação de despesas na DRE função ou por natureza, de 197 entidades industriais, financeiras e de tecnologia da Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Holanda e Reino Unido em 2009 para avaliar a comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas europeias em consonância com as IFRS. A Tabela 1 a seguir sintetiza as evidências coletadas na escolha do formato de apresentação de despesas na DRE.

Tabela 1 - Escolhas de apresentação de despesas na Demonstração do Resultado de empresas europeias selecionadas

País	% de entidades que apresentam despesas por função	% de entidades que apresentam despesas por natureza	% de entidades que apresentam despesas de forma híbrida
Holanda	38%	62 %	0%
Bélgica	34%	55%	10%
Reino Unido	83%	13%	3%
Alemanha	43%	57%	0%
Finlândia	24%	76%	0%
Dinamarca	35%	65%	0%
França	27%	63%	10%

Fonte: elaborado pelos autores com base em Cole, Branson e Breesch (2013)

3. O PROJETO DE REVISÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

3.1 A proposta da revisão da Demonstração do Resultado e os principais resultados preliminares

O projeto proposto pelo IASB teve como principais itens:

a) A proposição de novos subtotais na DRE. Esses subtotais forneceriam informações relevantes e criariam uma estrutura consistente para a DRE, melhorando assim a comparabilidade entre as entidades. Essas propostas também exigiriam que as entidades apresentassem informações sobre coligadas e joint ventures separadamente de coligadas e joint ventures não integrais.

b) Requisitos aprimorados de desagregação de certos itens da DRE (p.e.,

despesas operacionais, “outros”, itens incomuns) para ajudar uma entidade a fornecer informações relevantes.

c) Requisitos para divulgação, na própria DRE ou em nota explicativa, de certos indicadores de performance apresentados pela Administração, mas que não tenham como base as normas IFRS (ou seja, *non-GAAP measures*).

d) Alterações limitadas na demonstração dos fluxos de caixa para melhorar a consistência na classificação dos fluxos de caixa.

As propostas foram, na sua maioria, bem recebidas pelos respondentes. Foram 215 cartas comentários enviadas ao IASB. A Fundação IFRS também realizou a revisão da literatura acadêmica, a aplicação em empresas voluntárias dos conceitos propostos no documento (ou seja, trabalho de campo com 50 participantes) e “outreach” (139 eventos, em 20 jurisdições). Conforme relatório feito ao IASB, pelo corpo técnico, nas reuniões de dezembro de 2020 e janeiro de 2021³, a maioria dos respondentes concordam tanto com a inserção de subtotais e com as categorias propostas na DRE, quanto com a proposta de divulgação de medidas de desempenho gerenciais. Há concordância geral quanto à desagregação de receitas e despesas incomuns, porém, há incerteza nos respondentes em como definir e clarificar tais itens na peça de desempenho. As opiniões dos respondentes não foram tão favoráveis nas áreas de classificação das despesas operacionais por natureza ou função e na segregação do resultado de coligadas e joint ventures entre integral e não integral.

Portanto, espera-se que o IASB tenha como prioridade, e que assim haverá desenvolvimento normativo, em:

- Definir subtotais e categorias na DRE. Por exemplo, espera-se que o IASB continue a proposição e a nova exigência de as entidades apresentarem um subtotal de lucro operacional na DRE. A resposta comum foi que tal subtotal fornece informação relevante e comparável.

- Propor a apresentação de *non-GAAP measures* de performance. Uma avaliação adicional seria propor métricas utilizadas para outras peças patrimoniais, como no Balanço Patrimonial.

- Apresentar os conceitos gerais de desagregação de despesas e receitas dentro da DRE.

- Alterar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), em decorrência da redução de opções contábeis ora existentes na IAS 7/ CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As principais propostas de alteração às normas, e as respostas dos constituintes encontram-se resumidas no Quadro 1 abaixo.

³ Para acesso a reunião do IASB, e dos grupos da Fundação IFRS nos quais o projeto foi discutido, acesse a página do projeto no site da Fundação IFRS: <https://www.ifrs.org/projects/work-plan/primary-financial-statements/>

Quadro 1 - Sumário da proposta de revisão da Demonstração do Resultado e as opiniões dos respondentes no processo de consulta pública

Propostas realizadas pelo IASB no ED	Respostas positivas processo de revisão do ED	Respostas neutra ou negativas no processo de revisão do ED
Apresentação de subtotais mínimos na DRE	A maioria concordou. Os respondentes acreditam que as propostas têm potencial para resultar em informações úteis e melhorar a comparabilidade entre as entidades	Não houve
Apresentação de categorias (operacional, coligada e joint ventures, investimento e financiamento) – e classificação da variação cambial	A maioria concordou. Os respondentes acreditam que as propostas têm potencial para resultar em informações úteis e melhorar a comparabilidade entre as entidades	Os respondentes apontaram que: <ul style="list-style-type: none"> • Há dificuldade para a classificação da variação cambial. • Os rótulos das categorias propostas são inconsistentes entre DRE e DFC.
Diferenciação da apresentação da DRE com base nas atividades comerciais da empresa (p.e., bancos, indústrias) – ou seja, classificação baseada nas ‘principais atividades de negócio’	Não houve	Alguns respondentes destacaram a complexidade de classificar a atividade operacional, com base nas “principais atividades de negócio”. Muitos respondentes discordaram da escolha da política contábil proposta para entidades que forneçam financiamento a clientes como a principal atividade de negócios
Classificação de coligadas e joint ventures como integrais ou não integrais	A maioria concordou com a exclusão da participação nos resultados de coligadas e joint ventures do lucro operacional	Muitos respondentes discordaram da proposta
Apresentar as despesas operacionais, com base na função ou natureza, com base na informação mais útil – e não como uma escolha.	Muitos concordaram da proposta, ao considerar os fatores apresentados pelo IASB no ED	Alguns discordaram, pois as entidades já consideram qual método é mais útil, de modo que as propostas exigiriam que as entidades incorressem em custos adicionais sem motivo
Definição de receitas e despesas incomuns, e a proposição da apresentação em uma única nota explicativa	Não houve	A percepção dos respondentes foi mista
Apresentação dos <i>non-GAAP measures</i> de resultado como parte da DRE, ou em nota explicativa conciliando com a alínea mais próxima da DRE	Muitos respondentes concordaram com as propostas	Muitos respondentes, porém, ficaram com dúvida sobre os critérios apresentados pelo IASB para apresentar os itens na nota explicativa (p.e., por que não divulgar medidas patrimoniais, também?)

Fonte: elaborado pelos autores, com base no Agenda Paper 21 (A a L) da reunião de dezembro de 2020 do IASB.

Legenda: ED (Exposure Draft).

3.2 Avaliação da aplicação das proposições no Brasil

Foram enviadas cartas comentários por brasileiras e brasileiros (na sua maior parte que se definiam como acadêmicas e acadêmicos) e instituições (por exemplo, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Comissão de Valores Mobiliários, a Associação Brasileira de Companhias Abertas) como resposta à minuta de exposição. De uma maneira geral, os comentários estão alinhados à percepção geral dos respondentes nas cartas comentários.

Entretanto, o Brasil possui uma certa particularidade por ter, na legislação aplicável às Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1976 e 11.638/2007) e em instruções do regulador do mercado de capitais (CVM – Instrução 527), determinações quanto à utilização de determinadas rubricas e subtotais mínimos e mandatórios na DRE, no caso da legislação societária e, no âmbito das entidades sob a regulação da CVM, restrições quanto à divulgação voluntária de certos *non-GAAP measures* (e.g. EBIT e EBITDA).

Como apontado pela Comissão de Valores Mobiliários em sua carta-comentário às propostas de modificações na DRE (CVM, 2020), as alterações no âmbito da classificação de algumas receitas e despesas poderão estar em conflito com os requerimentos emanados da legislação brasileira. Cite-se, por exemplo, a exigência da legislação societária brasileira de se apresentar na DRE as despesas com as vendas, as despesas gerais e as despesas administrativas. Essa disposição legal se alinha com o método de apresentação de despesas denominado como sendo “por função”.

A proposta do IASB nesse particular mantém a existência da apresentação de despesas “por função” ou “por natureza”. Entretanto, a determinação por parte da entidade que reporta de um ou outro método de apresentação deixaria de ser uma escolha livre e passaria a ser guiada pelo julgamento da administração do formato que fornece a informação mais útil aos usuários das demonstrações financeiras. Portanto, se uma empresa brasileira julgar que o formato “por natureza” é o que melhor fornece informações úteis aos usuários de suas demonstrações financeiras, para estar em atendimento às IFRS essa entidade deveria apresentar a DRE “por natureza”, o que estaria em desacordo com a legislação societária brasileira.

Vale também mencionar os potenciais conflitos no tocante à agregação e desagregação de rubricas e saldos nas demonstrações financeiras. Segundo a legislação societária brasileira, as contas semelhantes nas demonstrações financeiras poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e que não ultrapassem um décimo (10%) do valor do respectivo grupo de contas. Tem-se, conseqüentemente, uma regra demarcatória (“*bright line*”) na legislação brasileira, enquanto que a orientação das propostas do IASB no tocante à agregação e desagregação se norteiam por três fatores que devem ser analisados pelos preparadores de demonstrações financeiras, a saber:

(a) As características dos itens, ou seja, os itens devem ser classificados e agregados com base nas características comuns que tenham, o que é compatível com o espírito da lei brasileiras;

(b) Itens que não compartilham das mesmas características não devem ser agregados, exceção feita ao caso de itens dissimilares que não sejam materiais (a dimensão de materialidade inexistente na lei brasileira); e

(c) A agregação ou desagregação de itens não deve obscurecer informações relevantes ou reduzir a compreensibilidade da informação apresentada ou divulgada (tampouco estão presentes na legislação brasileira aspectos relacionados a esses atributos informacionais).

No tocante aos requerimentos emanados da CVM e aplicáveis às entidades com títulos e valores mobiliários negociados em mercado aberto, particularmente no que diz respeito à apresentação dos *non-GAAP measures* comumente avaliados no mercado, EBIT (ou LAJI) e EBITDA (ou LAJIDA), a proposta do IASB conflita com a referida instrução da CVM, pois a proposta do IASB de adicionar divulgação em notas explicativas dos indicadores de performance é proibida na instrução do regulador de mercados de capitais brasileiro. A CVM expressa, na instrução, que a divulgação dos valores do EBITDA ou do EBIT deve ser feita fora do conjunto completo de demonstrações financeiras previsto no pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (CVM, 2012).

4. OBSERVAÇÕES EMPÍRICAS

Com o propósito de permitir a observação empírica, ainda que parcialmente, das motivações que orientaram a iniciativa do IASB no sentido de melhorar a comparabilidade das DREs entre diferentes entidades, foram selecionadas para análise quatro entidades do setor de Celulose e Papel que figuram em diversos rankings das maiores empresas do setor em escala global (e.g. o ranking da Fastmarkets RISI, em sua publicação PPI Magazine, na sua edição de 19 de setembro de 2016).

A Tabela 2 a seguir apresenta as informações básicas das empresas selecionadas.

Tabela 2- Amostra de empresas analisadas

Empresa	País (sede)	Data-base das DFs analisadas	Padrão das DFs
Celulosa Arauco y Constitución S.A. (Arauco)	Chile	31/12/2019	IFRS
Empresa CMPC S.A. (CMPC)	Chile	31/12/2019	IFRS
Suzano S.A. (Suzano)	Brasil	31/12/2019	IFRS
Stora Enso Oyj (Stora Enso)	Finlândia	31/12/2019	IFRS*

Fonte: dos autores com base nas Demonstrações Financeiras obtidas nas páginas web de Relações com Investidores de cada uma das empresas selecionadas

Legenda: DFs (Demonstrações Financeiras); * Como adotado na União Europeia

Nesse contexto, as DREs das quatro empresas acima listadas (exceto Suzano) foram traduzidas livremente ao português e organizadas de tal sorte que: (a) as rubricas das DREs foram grafadas em caixa baixa; (b) os subtotais apresentados nas DREs foram grafados em negrito e foram destacados com preenchimento diferenciado em cinza; e (c) os títulos de grupos de rubricas, que surgiram apenas no caso da Suzano, foram grafados em caixa alta.

O Quadro 2 apresenta as rubricas, subtotais e títulos de grupos de rubricas de cada DRE, lado a lado.

Quadro 2 - Comparação lado a lado das rubricas, subtotais e títulos de grupos de rubricas das DREs das entidades selecionadas

ARAUCO	CMPC	SUZANO	STORA ENSO
Receita das atividades ordinárias Custo das vendas	Receita das atividades ordinárias Custo das vendas	Receita Líquida Custo dos produtos vendidos	Vendas Outras receitas operacionais
Lucro bruto	Lucro bruto	Lucro bruto	Mudanças nos estoques de produtos acabados e em elaboração
Outras receitas Despesas de distribuição Gasto administrativo Outros gastos por função Outros ganhos (perdas)	Outras receitas por função Despesa de distribuição Gasto administrativo Outros gastos por função Outros ganhos (perdas)	RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Vendas Gerais e administrativas Resultado de equivalência patrimonial Outras líquidas	Materiais e serviços Frete e comissões sobre vendas Despesas com pessoal Outras despesas operacionais Participação nos resultados de investimentos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial
Lucro (prejuízo) das atividades operacionais	Lucro (prejuízos) das atividades operacionais	Resultado operacional antes do resultado financeiro	Mudança no valor líquido dos ativos biológicos Depreciação, amortização e despesas com redução ao valor recuperável
Receitas financeiras Despesas financeiras Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas e negócios em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Variações cambiais	Receitas financeiras Despesas financeiras Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas e negócios em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial Variações cambiais Efeito de diferentes moedas funcionais e hiperinflação	RESULTADO FINANCEIRO Despesas Receitas Instrumentos financeiros derivativos Variações monetárias e cambiais líquidas	Lucro operacional Receita financeira Despesa financeira
Lucro (prejuízo) antes dos impostos			Lucro antes dos impostos
Despesa com impostos sobre a renda	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda
Lucro (prejuízo)	Despesa com impostos sobre a renda	Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	Lucro líquido
	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) do exercício	

Fonte: elaborado pelos autores com base nas demonstrações financeiras referidas na Tabela 2

A análise comparativa das quatro DREs acima apresentadas permite realizar as seguintes observações:

(a) Subtotais: há considerável diversidade em termos de subtotais. Por um lado, é possível observar semelhança entre as três empresas localizadas na América do Sul, que apresentam os subtotais de resultado bruto, resultado operacional e resultado antes dos impostos. Não obstante a semelhança entre essas empresas, é importante notar que a composição do resultado operacional da Arauco e CMPC (situadas no mesmo país) e da Suzano diferem, pois o resultado de equivalência patrimonial integra o resultado operacional da Suzano e não faz parte desse subtotal no caso das companhias chilenas, que o apresentam como parte do resultado financeiro.

Portanto, tanto o resultado operacional como o resultado financeiro das empresas chilenas em relação à empresa brasileira não são comparáveis. Por outro lado, temos a Stora Enso, que apresenta menos subtotais (não há resultado bruto) e apresenta o subtotal de resultado operacional que é comparável com a Suzano, mas não com Arauco e CMPC, por considerar o resultado de equivalência patrimonial como parte integrante do subtotal operacional;

(b) Investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial: como já observado no item (a) acima, há diversidade na apresentação do resultado de equivalência patrimonial, sendo apresentado conjuntamente com receitas e despesas intituladas como operacionais no caso da Suzano e Stora Enso e no grupo de rubricas intituladas como financeiras no caso das empresas chilenas Arauco e CMPC;

(c) Formato de apresentação de despesas: em sendo uma escolha livre no âmbito das IFRS (*overt option*), o que se observa é que a maior parte das empresas optam pelo modelo por função (Arauco, CMPC e Suzano), enquanto a Stora Enso opta pelo modelo por natureza; e

(d) Rubricas específicas não comparáveis: observa-se que há rubricas relevantes que são utilizadas de forma não homogênea além das já citadas. O exemplo mais relevante, dado o setor escolhido, diz respeito à variação do valor justo das florestas, que é visível na DRE da Stora Enso (DRE por natureza) mas não na DRE das demais, sendo que todas possuem ativos biológicos em montante relevante em seus balanços patrimoniais. Outro caso de diversidade na apresentação, no grupo de resultado financeiro, além das já citadas nos tópicos anteriores, diz respeito às variações cambiais (não apresentadas por separado na Stora Enso), variações monetárias (somente apresentada por separado, mas em conjunto com as variações cambiais, pela Suzano) e ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos (apresentado separadamente somente pela Suzano).

As observações acima implicam em dificuldades na comparação entre empresas de um mesmo setor pelos usuários das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, na redução dos benefícios decorrentes da adoção das IFRS em escala global. E, ao se cotejar as observações acima com as propostas de alteração normativa feitas pelo IASB e apresentadas anteriormente no Quadro 1, é possível se concluir que, ao menos em parte (itens a, b e c), as questões de comparabilidade que se apresentam atualmente se veriam mitigadas com a implementação dessas propostas.

5. COMENTÁRIOS FINAIS

Este estudo avaliou os potenciais impactos da proposta feita pelo IASB de alteração na apresentação da demonstração de resultado (DRE), à luz da literatura acadêmica e da observação empírica.

Quanto à literatura acadêmica, avaliamos as naturezas de informações que deveriam ser fornecidas pelos relatórios financeiros, em especial a características qualitativas de relevância e comparabilidade. Identificamos, assim, literatura que subsidie a importância de um projeto que melhore a informação fornecida pela DRE do desempenho de uma empresa, o que inclui medidas de desempenho *non-GAAP*.

Então, buscamos avaliar a série de propostas feitas pelo IASB em sua minuta de exposição, destacando seus principais itens e resultados preliminares. Nossa avaliação partiu da minuta de exposição do IASB e das cartas respostas entregues ao organismo, e sumariadas por seu corpo técnico.

Também, avaliamos os potenciais impactos da aplicação das proposições no

Brasil, com base nas cartas respostas enviadas por entidades nacionais. Destacamos, então, algumas dificuldades de implementação das propostas realizadas pelo IASB no mercado brasileiro, quanto a rubricas e subtotais na DRE e a inserção de medidas *non-GAAP* nas demonstrações financeiras, dificuldades essas, inclusive, vindas de determinações legislativas e regulatórias.

Por fim, analisamos empiricamente, com base em amostra de empresas do setor de papel e celulose, a aderência entre as motivações do projeto e as práticas de apresentação da DRE nesse segmento. Identificamos diversidade em certas apresentações realizadas pelas empresas na amostra, naqueles itens identificados pelo IASB; ou seja, as empresas aplicam critérios de apresentação de forma não homogênea. Essa constatação demonstra que a comparabilidade da informação contábil fornecida nas DREs atualmente é diminuída pela diversidade na prática.

Diante do que foi analisado, concluímos que mesmo havendo desafios relevantes ainda a serem endereçados pelo IASB, ao menos em certos pontos do projeto, a utilidade da informação contábil poderia ser aumentada fruto das alterações propostas.

REFERÊNCIAS

BALL, R. J.; BROWN, W. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p.159-178, Autumn, 1968.

BARTON, J., HANSEN, T. B., and POWNALL, G., Which performance measures do investors around the world value the most and why? **The Accounting Review**, n. 85, v. 3, p. 753-789, 2010.

BEZERRA, Francisco Antonio; LOPES, Alexsandro Broedel. Lucro e Preços das Ações. *In*: LOPES, Alexsandro Broedel; IUDÍCIBUS, Sergio de (coords). **Teoria Avançada da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CHEN, C.; COLLINS, D.; KRAVET, T.; MERGENTHALER, R. Financial statement comparability and the efficiency of acquisition decisions. **Contemporary Accounting Research**, v. 35, n.1, p. 164-202, 2018.

CHEN, S.; WANG, Y. Evidence from China on the value relevance of operating income vs. below-the-line items. **The International Journal of Accounting**, v. 39, n.4, p. 339-364, 2004.

CHOI, J.; CHOI, S.; MYERS, L.; ZIEBART, D. Financial statement comparability and the informativeness of stock prices about future earning. **Contemporary Accounting Research**, v. 36, n.1, p. 389-417, 2019.

CLINCH, G.; TARCA, A.; WEE, M.. The value relevance of IFRS earnings totals and subtotals and non-GAAP performance measures. **Working paper**, University of Melbourne, 2018.

COLE, V.; BRANSON, J.; BREESCH, D. Determinants influencing the IFRS accounting policy choices of European listed companies. **Working paper**, Vrije Universiteit Brussel, 2013.

CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Brasília, 10 de dezembro de 2019. Disponível em: [static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 5 jan. 2021.

CUTILLAS-GOMARIZ, M. F.; SÁNCHEZ-BALLESTA, J. P.; YAGÜE, J. The effects of IFRS on net income and earnings components: value relevance, persistence, and predictive value> **Spanish Journal of Finance and Accounting / Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 45, n. 3, p. 365-388, 2016.

CVM. **ED/2019/7 General Presentation and Disclosures (comment letter)**. Rio de Janeiro, 29 September 2020. Disponível em: <https://www.ifrs.org/projects/work-plan/primary-financial-statements/comment-letters-projects/ed-primary-financial-statements/#comment-letters>. Acesso em: 8 fev. 2021.

DE FRANCO, G.; KOTHARI, S. P.; VERDI, R. The benefits of financial statement comparability. **Journal of Accounting Research**, v. 49, n. 4, p. 895-931, 2011.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HICKS, John Richard. **Value and capital: an inquiry into some fundamental principles of economic theory**. Oxford: Clarendon Press, 1946.

HOLTHAUSEN, R. W.; WATTS, R. L. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 3-75, 2001.

IMHOF, M.; SEAVEY, S.; SMITH, D. Comparability and Cost of Equity Capital. **Accounting Horizons**, v. 31, n. 2, p.125-138, 2017.

JEANJEAN, T.; MARTINEZ, I.; DAVRINCHE, G. Non-IFRS disclosure and income statement disaggregation. **Working paper**, ESSEC Business School, 2018.

NEEL, Michael. Accounting Comparability and Economic Outcomes of Mandatory IFRS Adoption. **Contemporary Accounting Research**, v. 34, n. 1, p. 658-690, Spring, 2017.

NOBES, Christopher. The continued survival of international differences under IFRS, **Accounting and Business Research**, v. 43, n. 2, p. 83-111, 2013.

SIMPSON, Ana; MCGEACHIN, Anne. Primary Financial Statements: Feedback Summary – Literature review. **IASB Meeting Staff Paper**, December 2020, Disponível em: <https://cdn.ifrs.org/-/media/feature/meetings/2021/january/iasb/ap21e-primary-financial-statements.pdf>, Acesso em: 8 jan. 2021.

STRONG, N.; WALKER, M. The explanatory power of earning for stock returns. **The Accounting Review**, v. 66, n. 2, Apr. 1993.

ZHANG, Joseph H. Accounting Comparability, Audit Effort, and Audit Outcomes, *Contemporary Accounting Research*, v. 35, n. 1, p. 245–276, Spring, 2018.

SOBRE OS AUTORES:



Guillermo Oscar Braunbeck

Professor - Doutor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP). Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas (EAESP). Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), representando a FIECAFI. Diretor financeiro da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC). Membro Titular do Conselho Fiscal de diversas companhias. Economista graduado pela Unicamp e Doutor em Contabilidade pela USP. Atuou no segmento de auditoria independente, consultoria em processos de fusões e aquisições, auditoria interna e gerência de riscos. Foi Controlador Adjunto da Universidade de São Paulo. Ocupou de 2011 a 2014 o cargo de gerente de projetos no International Accounting Standards Board (IASB), órgão emissor nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) situado em Londres, onde liderou projetos com o propósito de promover a aplicação coerente das IFRS no mundo.



Rudah Giasson Luccas

Membro do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) do Ibracon e membro do Grupo de trabalho de Normas Internacionais (GT-IASB) do CPC. Auditor independente, é também doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (FEA/USP), professor em cursos de Ciências Contábeis e autor de diversos artigos publicados em periódicos acadêmicos, tanto no cenário nacional quanto internacional, além da participação em coautoria em livros contábeis.